

PROCOMITÊS
*Programa Nacional de Fortalecimento
dos Comitês de Bacias Hidrográficas*



Relatório Anual de Certificação

PROCOMITÊS

Certificação 2019

Rio Grande do Sul

Porto Alegre

16 de julho de 2019

APRESENTAÇÃO

1) IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE FEDERATIVA:	<input type="text" value="RS"/>	
ENTIDADE ESTADUAL:	<input type="text" value="Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura"/>	
REPRESENTANTE LEGAL:	<input type="text" value="Arthur de Lemos Júnior"/>	
CONSELHO ESTADUAL:	<input type="text" value="Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul"/>	
REPRESENTANTE LEGAL:	<input type="text" value="Paulo Roberto Dias Pereira"/>	
DECRETO ESTADUAL:	<input type="text" value="53.398"/>	CONTRATO: <input type="text" value="056/2017"/>
ANO BASE:	<input type="text" value="2017"/>	ANO DE CERTIFICAÇÃO: <input type="text" value="2018"/>

2) INFORMAÇÕES RELEVANTES

O Estado do Rio Grande do Sul aderiu ao PROCOMITÊS no ano de 2017, a partir da Resolução CRH nº 212, publicada no D.O.E. em 01/12/2016, e do Decreto Estadual nº 53.398, publicado no D.O.E. em 12/01/2017. Já no mês de abril de 2017, ocorreu uma oficina sobre o programa, com representantes da Agência Nacional de Águas e dos Comitês de Bacia do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta oficina, elaborou-se a planilha estabelecendo o quadro de indicadores e metas, com horizonte temporal de 5 anos, para todos os Comitês do estado, que será base para as ações do programa até o ano de 2022. A planilha foi referendada a partir da publicação da Resolução CRH nº 236, publicada no D.O.E. na data de 11/08/2017.

Já no ano de 2018, período a ser certificado no presente relatório e demais instrumentos de certificação já devidamente preenchidos, devido ao caráter excepcional do programa de ser um contrato de doação por atingimento de metas, não se enquadrando como convênio nem contrato de repasse, e a necessidade de cadastramento no FPE (Sistema de Finanças Públicas do Estado), a Entidade Estadual fez consulta junto à CAGE (Contadoria e Auditoria Geral do Estado) sobre a qual instrumento legal (natureza jurídica) o programa deveria ser enquadrado, visando dar segurança institucional para viabilidade na aplicação seguindo a realidade orçamentária e financeira na execução cotidiana do Estado do Rio Grande do Sul. Após breve período de esclarecimentos sobre a matéria, houve posição da CAGE colocando ser o contrato o instrumento legal adequado.

Após estas definições, já no mês de setembro de 2018, o CRH/RS aprovou e houve a publicação da Resolução CRH nº 298, publicada no D.O.E. em 27/09/2018, que aprova o plano de trabalho do programa para o ano de 2018. Devido à aprovação tardia do Plano de Trabalho e a consequente necessidade de suplementação orçamentária para implantação da proposta, o Estado do Rio Grande do Sul não teve tempo hábil para execução das ações previstas, tendo ficado com a totalidade do primeiro repasse (do ato da adesão) em caixa.

Portanto, o Estado do Rio Grande do Sul cita como principal empecilho para a efetivação das ações previstas para o programa no ano de 2018 a dificuldade para cadastramento no FPE,

sendo necessário consulta à CAGE para definição do instrumento jurídico adequado para enquadramento do programa, assim como a aprovação tardia do Plano de Trabalho, que culminou com a necessidade de suplementação orçamentária, não havendo tempo hábil para a execução das ações previstas para o ano de 2018. Tendo isto ocorrido, a proposta passou a ser que os recursos repassados ao Estado no ato da adesão subsidiem as ações do Plano de Trabalho para o ano de 2019.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

Partindo de uma análise da tabela Síntese de Cumprimento de Metas, pode-se observar que o componente com maior número de variáveis atingidas é o Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, onde todos os Comitês atingiram uma pontuação de pelo menos 6 pontos, sendo que o peso desde componente é 20. Isto se dá principalmente pelo fato de este componente ter como base metas que foram classificadas como “Condição Inicial” dos Comitês quando elaborada a tabela com quadro de indicadores e metas no ano de 2017. Portanto, as metas sobre o funcionamento dos Comitês, atendimento do Regimento Interno e elaboração de Plano de Trabalho e Relatório de Atividades é a meta com maior percentual de atingimento, tendo em vista a facilidade de comprovação documental.

Já o componente com o maior número de Comitês que zeraram as variáveis é o Componente II. Capacitação. Isto se dá pelo fato de que os Comitês não possuem Plano de Capacitação elaborado para implantação e pelo fato de que a Entidade Estadual acabou por não executar nenhuma das ações previstas no Plano de Trabalho para o ano de 2018. Esta não execução das ações acabou por prejudicar o atingimento das metas tanto no Componente de capacitação, como no componente de Comunicação, outro que teve um baixo percentual de atingimento de metas.

Quanto aos componentes IV. Cadastro e V. Implementação dos Instrumentos de Gestão, houve um percentual satisfatório de atingimento de metas. Sobre o Componente IV. Cadastro destaca-se o processo de cadastramento das composições realizado pelos Comitês de Bacia, onde um total de 19 Comitês realizaram o cadastro completo, além de efetuarem o upload da documentação do ano a ser certificado no Portal DOC-CBH. Já sobre o Componente V. Implementação dos Instrumentos de Gestão a certificação se deu com base nos Planos de Bacia já elaborados que, assim como o Componente I, são de fácil comprovação documental.

De um modo geral pode-se observar um percentual satisfatório de atingimento das metas, alcançando um total de 70% de metas atingidas. Este nível satisfatório de atingimento das metas se dá principalmente pela facilidade de comprovação documental do atingimento de metas já caracterizadas como nível inicial de diversos Comitês, principalmente no que se refere ao Componente I e ao Componente V. Porém, este percentual deve ser ampliado para os próximos períodos, tendo em vista a possibilidade de aplicação dos recursos do programa nas ações previstas no Plano de Trabalho para o ano de 2019 e a expectativa de ampliar o número de Comitês cadastrados no banco de dados fornecido pela ANA.

Comentários da entidade estadual ao desempenho das metas por comitê:

A partir de uma análise detalhada da tabela “Síntese do Cumprimento de Metas”, elaborou-se um breve relatório, dividido por comitê, com comentários sobre o atingimento das metas assim como os pontos que podem ser melhorados para os próximos períodos a serem certificados. A pontuação final dos Comitês foi dividida em “muito ruim” (de 0% à 20% de atingimento de metas), “ruim” (de 21% à 40% de atingimento de metas), “mediana” (de 41% à 50% de atingimento de metas), “satisfatória” (de 51% à 60% de atingimento de metas), “boa” (de 61% à 70% de atingimento de metas), “muito boa” (de 71% à 90% de atingimento de metas) e “excelente” (de 91% à 100% de atingimento de metas).

O objetivo desde relatório é identificar os componentes com maior percentual de atingimento de metas assim como aqueles com o menor percentual de atingimento e que devem ser

o foco das ações para os próximos períodos, visando ampliar a capacidade dos Comitês e atingir os objetivos principais do programa.

Segue abaixo breve relatório sobre o percentual de atingimento das metas por Comitê:

75. Comitê Gravataí: O Comitê Gravataí teve um pontuação final total de 71,58%, sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê teve uma pontuação total de 11%, sendo que este componente tem um peso de 20%. Isto se dá pelo fato de o Comitê não ter disponibilizado a documentação que comprovasse maior atingimento das metas. No Componente II. Capacitação, o Comitê teve uma pontuação total de 15%, atingindo o peso máximo deste componente, pelo fato de não ter entrado membros novos no Comitê no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15%, principalmente pela manutenção do Site do Comitê, mesmo o colegiado não tendo Plano de Comunicação, meta que ficou estabelecida para o próximo período. Já no Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou o percentual de 5%, sendo que este componente tem peso 15. O baixo percentual de atingimento deste componente se dá pelo fato de o Comitê não ter realizado o cadastro de sua composição no Sistema CINCO. No Componente V. Implementação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê atingiu um percentual de 23,07%, sendo que este componente tem peso de 25%. Este percentual de atingimento se dá pela comprovação documental do Plano de Bacia do Comitê.

De um modo geral, o Comitê Gravataí teve uma pontuação muito boa neste primeiro período de certificação. Porém, acabou tendo sua pontuação final prejudicada devido à falta de mobilização do Comitê para cadastramento de sua composição no Sistema CINCO, assim como a não realização do upload dos arquivos no Sistema DOC-CBH, procedimento que acabou sendo efetuado pela Entidade Estadual. Deste modo, pode-se afirmar que o Comitê tem potencial de melhorar sua pontuação para os próximos períodos, tanto cadastrando sua composição no sistema, como a partir das ações previstas para o próximo período a ser certificado.

89. Comitê Sinos: O Comitê Sinos teve uma pontuação final total de 57,34%, sendo considerada uma pontuação satisfatória. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê teve uma pontuação total de 18%, sendo que este componente tem peso 20%. No Componente II. Capacitação, o Comitê acabou zerando a pontuação, tendo em vista que houve renovação na plenária do Comitê e, conforme definido como meta no quadro de indicadores e metas do programa, não foi realizada ação de capacitação junto à nova composição em até 120 dias após o processo eleitoral, assim como o Comitê não tem Plano de Capacitação a ser implantado. No Componente III. Comunicação, o Comitê alcançou a pontuação de 5%, principalmente pela manutenção do Site do Comitê. A justificativa para a pontuação tão baixa neste componente é o fato de o Comitê Sinos ter sido o único que definiu como meta para o primeiro ano ter o Plano de Comunicação implantado, porém, não disponibilizou documentação comprobatória para o atingimento desta meta. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou a pontuação de 10%, tendo em vista que realizou todo o cadastramento de sua plenária no Sistema CINCO dentro do prazo estipulado pela ANA. No Componente V. Implementação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou a pontuação de 21,83%, tendo em vista que possui Plano de Bacia e disponibilizou toda a documentação no Portal DOC-CBH.

De um modo geral, o Comitê Sinos teve uma pontuação satisfatória neste primeiro período de certificação. Porém, devido a problemas para elaboração do Plano de Trabalho do Procomitês

para 2018, a Entidade Estadual não conseguiu implantar as ações previstas, prejudicando o alcance das metas por parte dos Comitês principalmente no Componente II. Capacitação. Deste modo, podemos afirmar que o Comitê Sinos tem potencial para atingir um percentual maior de atingimento de metas a partir do próximo período a ser certificado, tendo em vista a possibilidade de implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para 2019. Outro ponto que prejudicou um percentual maior de alcance para o Comitê Sinos foi o fato de o Comitê ter definido como meta para 2018 ter o Plano de Comunicação implantado, porém, não disponibilizou documentação comprobatória do atingimento da meta.

74. Comitê Caí: O Comitê Caí teve uma pontuação final total de 72%, sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê teve uma pontuação total de 17%, sendo que este componente tem peso 20%. No Componente II. Capacitação, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação da plenária no ano a ser certificado. No Componente III. Comunicação o Comitê acabou zerando este componente, tendo em vista que o Comitê não possui Plano de Comunicação, não possui site e o blog do Comitê está desatualizado desde 2013. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou uma pontuação total de 12,5%, sendo que este componente tem peso 15%. No Componente V. Implementação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou o percentual de 25%, tendo em vista que disponibilizou toda a documentação do seu Plano de Bacia nos Portais da ANA e pelo preenchimento dos anexos referentes ao conteúdo do Plano de Bacia, processo realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê Caí teve uma pontuação muito boa neste primeiro período de certificação, podendo ser ampliada para os próximos períodos a partir da disponibilização de documentação que comprove o atingimento das metas no Componente I, principalmente. Também há o potencial de ampliação de atingimento das metas no Componente IV, consolidando e atualizando o cadastro de sua composição no Sistema CINCO.

84. Taquari-Antas: O Comitê Taquari-Antas teve uma pontuação final total de 85,44%, sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê teve uma pontuação de 17%, sendo que este componente tem peso 20. No Componente II. Capacitação, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não entraram novos membros no Comitê no período certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê alcançou a pontuação máxima novamente, principalmente devido ao site do Comitê, mesmo o colegiado não tendo Plano de Comunicação implantado, meta que ficou estabelecida para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê realizou todo o cadastramento no Sistema CINCO e alcançou a pontuação de 12,5%. Já no Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou a pontuação de 23,43%, sendo que este componente tem peso de 25%, principalmente pela disponibilização de seu Plano de Bacia no Portal DOC-CBH e pelo preenchimento das planilhas referentes ao conteúdo do Plano, procedimento realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê Taquari-Antas teve uma pontuação muito boa neste primeiro período de certificação, com potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas para os próximos períodos, principalmente no Componente I e IV.

79. Alto Jacuí: O Comitê Alto Jacuí teve uma pontuação final total de 66%, sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê teve uma pontuação de 13,5%, sendo que este componente tem um peso total de 20%. Esta pontuação baixa se deu principalmente pelo fato de o Comitê não ter informado no Sistema DOC-CBH o quórum de suas reuniões, a partir da disponibilização das listas de presença ou planilha de controle de frequência. Portanto esta variável pode ser ampliada para o próximo período a ser certificado a partir da ampliação da comprovação documental. No Componente II. Capacitação, o Comitê acabou zerando a pontuação, tendo em vista que houve renovação na plenária do Comitê e, conforme definido como meta no quadro de indicadores e metas do programa, não foi realizada ação de capacitação junto à nova composição em até 120 dias após o processo eleitoral, assim como o Comitê não tem Plano de Capacitação a ser implantado. No Componente III. Comunicação, o Comitê acabou alcançando a pontuação máxima de 15%, principalmente por conta da manutenção do site. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou a pontuação de 10%, podendo ampliar este componente para os próximos períodos a partir de inserção no Sistema CINCO de informações sobre os instrumentos de governabilidade do Comitê (Plano, Enquadramento, Cobrança). No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 25%, tendo em vista que disponibilizou toda a documentação no Portal DOC-CBH e pelo preenchimento dos anexos com o conteúdo do Plano de Bacia, processo realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê Alto Jacuí teve uma pontuação boa para o período certificado, podendo ampliar o percentual de metas atingidas para os próximos anos a partir de maior comprovação documental, principalmente nos Componentes I e IV.

73. Vacacaí e Vacacaí-Mirim: O Comitê Vacacaí teve uma pontuação final total de 63%, sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê teve uma pontuação de 18%, sendo que este componente tem peso total de 20%. Este componente pode ser ampliado para os próximos períodos a partir de maior comprovação documental referente ao controle de frequência nas reuniões ordinárias do colegiado. No Componente II. Capacitação, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15%, principalmente pelo fato de não ter ocorrido renovação da plenária no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15%, principalmente pela manutenção do site do Comitê. De haver atenção para este componente no próximo período, tendo em vista que o Comitê definiu como meta para 2019 ter seu Plano de Comunicação implantado. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou a pontuação de 12,5%, podendo ampliar este componente para os próximos períodos a partir de inserção no Sistema CINCO de informações sobre os instrumentos de governabilidade do Comitê (Plano, Enquadramento, Cobrança). No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê acabou zerando este componente, tendo em vista que não possui plano de bacia.

De um modo geral, o Comitê Vacacaí e Vacacaí-Mirim teve uma pontuação considerada boa, principalmente levando em conta que não tem plano de bacia e acabou zerando o Componente V. Destaca-se que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual nos próximos períodos, principalmente nos Componentes I e IV, com atenção especial ao Componente III.

81. Baixo Jacuí: O Comitê Baixo Jacuí teve uma pontuação final total de 66%, sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê

alcançou a pontuação de 16%, sendo que este componente tem peso de 20%. Esta baixa pontuação se dá principalmente pelo fato de não ter disponibilizado relatório de atividades do período. Portanto, o Comitê tem potencial para ampliar este componente para os próximos períodos a partir de maior comprovação documental, disponibilizando-a no Sistema DOC-CBH. No Componente II. Capacitação, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação na plenária do Comitê no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê acabou zerando a pontuação tendo em vista que não possui site nem Plano de Comunicação. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou a pontuação de 7,5%. Esta pontuação baixa se dá pelo fato de o Comitê não ter realizado o cadastro de sua composição no Sistema CINCO. Portanto, o Comitê tem potencial de ampliar o alcance das metas neste componente para o próximo período de certificação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 25%, tendo em vista que disponibilizou toda a documentação de seu Plano de Bacia no sistema DOC-CBH e considerando o preenchimento das planilhas referentes ao conteúdo do Plano, processo realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê Baixo Jacuí teve uma pontuação boa, considerando principalmente a sua pontuação nos Componente I, III e IV. Cabe destacar que, para os Componentes I e IV, o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas a partir de maior comprovação documental. Já no Componente III, a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para o próximo ano de certificação, também é possível ampliar o percentual de atingimento das metas para este Comitê.

83. Comitê Lago Guaíba: O Comitê Lago Guaíba teve uma pontuação final total de 72%, sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê alcançou a pontuação de 17%. No Componente II. Capacitação, o Comitê acabou zerando esta pontuação devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária. No Componente III. Comunicação, o Comitê acabou alcançando a pontuação máxima de 15%, tendo em vista a manutenção do site, mesmo o Comitê não tendo plano de comunicação para implantação, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou a pontuação de 12,5%, tendo realizado todo o cadastramento de sua composição no Sistema CINCO. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 25%, por conta da disponibilização da documentação de seu Plano de Bacia, assim como por conta do processo de preenchimento das planilhas com o conteúdo do Plano, processo elaborado pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê do Lago Guaíba teve uma pontuação final considerada boa, podendo ser ampliada para os próximos períodos a partir de maior comprovação documental nos Componentes I e IV.

80. Comitê Pardo: O Comitê Pardo teve uma pontuação final total de 76%, sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê alcançou a pontuação de 18%. No Componente II. Capacitação o Comitê acabou zerando esta pontuação devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme estabelecido como meta para o período. No Componente III. Comunicação o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15%, devido a manutenção de seu site, mesmo não tendo plano de comunicação, o que ficou estabelecido como meta para o próximo

período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou a pontuação de 12,5%, tendo realizado todo o cadastro de sua composição no Sistema CINCO. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou a pontuação de 25%, tendo em vista que disponibilizou toda a documentação de seu Plano de Bacia no Portal DOC-CBH e pelo preenchimento das planilhas referentes ao conteúdo do Plano, processo realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê Pardo teve uma pontuação final considerada muito boa, podendo ampliar seu percentual de atingimento das metas a partir de maior comprovação documental no Componente I e IV. No Componente II, o Comitê deve ampliar também seu percentual para o próximo período, a partir das ações de capacitação previstas no Plano de Trabalho para o próximo ano a ser certificado.

87. Comitê Tramandaí: O Comitê Tramandaí teve uma pontuação final de 68%, sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê alcançou a pontuação de 6%. Esta pontuação extremamente baixa se dá pelo fato de o Comitê não ter se mobilizado para disponibilizar as informações necessárias para preenchimento das planilhas. No Componente II. Capacitação o Comitê acabou atingindo a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação da plenária no ano a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 15% devido a manutenção de seu blog, mesmo não tendo plano de comunicação a ser implantado, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê alcançou uma pontuação de 5%, tendo em vista que não fez o cadastro de sua composição no Sistema CINCO. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê alcançou a pontuação máxima de 25%, tendo em vista a disponibilização de documentação do Plano de Bacia e o preenchimento das planilhas referentes ao conteúdo do Plano, ambos processos realizados pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê Tramandaí teve uma pontuação final considerada boa. Porém, cabe destacar que o Comitê não realizou o cadastramento de sua composição no Sistema CINCO e não fez o upload da documentação no Portal DOC-CBH, ficando esta atividade a cargo da Entidade Estadual. Neste sentido, podemos afirmar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas no próximo ciclo, a partir do cadastramento de sua composição no Sistema CINCO e da ampliação da comprovação documental no que tange ao Componente I.

88. Comitê Litoral Médio: O Comitê Litoral Médio teve uma pontuação final de 45,50%, sendo considerada uma pontuação mediana. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê alcançou uma pontuação total de 15,5%, tendo disponibilizado toda sua documentação no Portal DOC-CBH. No Componente II. Capacitação, o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu pontuação máxima de 15% por conta da manutenção do site do Comitê, mesmo este não tendo plano de comunicação implantado, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu pontuação de 12,5% tendo em vista que realizou o cadastro de toda a sua composição no Sistema CINCO, faltando apenas disponibilização de pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão o Comitê acabou zerando este componente, tendo em vista que não tem seu plano de bacia elaborado.

De um modo geral, o Comitê Litoral Médio teve uma pontuação considerada mediana, porém, com potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas para o próximo ciclo, principalmente no que tange ao Componente II, a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para o próximo período a ser certificado. Cabe destacar que há necessidade de atenção ao Componente III, tendo em vista que para o próximo período ficou estabelecido como meta elaborar e implantar o Plano de Comunicação do Comitê, o que pode ter impacto positivo a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho da Entidade Estadual para 2019.

82. Comitê Camaquã: O Comitê Camaquã teve uma pontuação final de 73%, sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê atingiu uma pontuação de 18%, sendo que este componente tem peso 20. No Componente II. Capacitação, o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu pontuação máxima de 15% por conta da manutenção de seu site, mesmo não tendo Plano de Comunicação implantado, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu um percentual de 12,5%, tendo em vista que realizou todo o cadastramento de sua composição no Sistema CINCO, faltando apenas disponibilização de pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê atingiu o percentual máxima de 25%, devido a disponibilização da documentação referente ao seu Plano de Bacia assim como devido ao processo de preenchimento das planilhas referentes ao conteúdo do Plano, processo realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral, o Comitê Camaquã teve uma pontuação muito boa neste primeiro ciclo. Cabe destacar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento de metas, no Componente I, a partir de maior disponibilização de comprovação documental do atingimento das metas e no Componente II a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para 2019 referentes à capacitação. Destaca-se ainda a necessidade de atenção ao Componente III, tendo em vista que o Comitê estabeleceu como meta para o próximo período elaborar e implantar seu Plano de Comunicação.

71. Comitê da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo: O Comitê Mirim São Gonçalo atingiu uma pontuação final de 54%, sendo considerada uma pontuação satisfatória. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê atingiu uma pontuação total de 9%, sendo eu este componente tem peso 20. Esta baixa pontuação se deu principalmente pelo fato de que o Comitê não disponibilizou no Portal DOC-CBH um controle de frequência em suas reuniões e nem listas de presenças, além de não disponibilizar relatório de atividades referente ao ano a ser certificado. No Componente II. Capacitação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação da plenária do Comitê no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15% devido a manutenção de seu site, mesmo o Comitê não tendo plano de comunicação, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu a pontuação de 12,5%, tendo realizado todo o cadastro de sua composição no Sistema CINCO, faltando apenas disponibilização de pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê acabou zerando esta variável, tendo em vista que este Comitê não tem Plano de Bacia.

De um modo geral, o Comitê da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo teve uma pontuação satisfatória, podendo ampliar seu percentual de atingimento das metas para o próximo período, principalmente a partir da ampliação da comprovação documental para atingimento das metas do Componente I.

194. Comitê Mampituba: O Comitê Mampituba atingiu uma pontuação final de 61%, sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê atingiu uma pontuação de 16%, tendo em vista que o Comitê não disponibilizou no Portal DOC-CBH o relatório de atividades do Comitê no período a ser certificado. No Componente II. Capacitação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação da plenária no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, principalmente por conta da manutenção do site, mesmo o Comitê não tendo Plano de Comunicação, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu uma pontuação de 12,5% tendo em vista que realizou todo o cadastramento de sua composição no Sistema CINCO, faltando apenas disponibilização de pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê acabou zerando este componente tendo em vista que não tem seu Plano de Bacia elaborado.

De um modo geral o Comitê Mampituba teve uma pontuação considerada boa, podendo ampliar seu percentual de atingimento de metas para os próximos períodos a partir da ampliação da comprovação documental referente às variáveis do Componente I.

66. Comitê Apuaê-Inhandava: O Comitê Apuaê-Inhandava atingiu uma pontuação final de 37,54%, sendo considerada uma pontuação ruim. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê atingiu uma pontuação de 6%. Esta baixa pontuação se deu principalmente pelo fato de o Comitê não ter disponibilizado sua documentação no Portal DOC-CBH, dificultando a comprovação documental do atingimento das metas. No Componente II. Capacitação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação na plenária do Comitê no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê acabou zerando este componente, tendo em vista que não possui site e nem Plano de Comunicação a ser implantado. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu uma pontuação de 2,5%. Esta pontuação baixa se dá pelo fato de o Comitê não ter realizado o cadastramento de sua composição no Sistema CINCO. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê atingiu uma pontuação de 11,5%, principalmente por conta da Resolução CRH 117/2012 que aprova a proposta de enquadramento de algumas sub-bacias, mesmo o Comitê não tendo seu Plano de Bacia elaborado..

De um modo geral o Comitê Apuaê-Inhandava teve uma pontuação final considerada ruim. Podemos afirmar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas a partir do cadastramento de sua composição no Sistema CINCO, upload dos arquivos no Portal DOC-CBH e a partir da implantação das ações previstas para o segundo período de certificação, principalmente no que tange ao Componente III.

67. Comitê Passo Fundo: O Comitê Passo Fundo atingiu uma pontuação final de 59,50%, sendo considerada uma pontuação satisfatória. No Componente I. Funcionamento e Conformidade

Documental, o Comitê atingiu uma pontuação de 17%, sendo que esta variável tem peso 20. O Comitê apenas não atingiu 100% desta meta por conta de não ter disponibilizado sua documentação no Portal DOC-CBH, principalmente as convocações das reuniões ocorridas no período certificado. No Componente II. Capacitação, o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15% por conta da manutenção de seu site. No Componente IV. Cadastro, o Comitê acabou alcançando uma pontuação de 7,5%, sendo que esta meta tem peso de 15%. Isto se dá pelo fato de o Comitê não ter realizado o cadastro de sua composição no Sistema CINCO e nem upload de sua documentação no Sistema DOC-CBH. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê atingiu pontuação de 17,5%, por conta de ter seu Plano de Bacia elaborado e pelo processo de preenchimento das planilhas referentes ao conteúdo do Plano, procedimento realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral o Comitê Rio Passo Fundo teve uma pontuação final considerada satisfatória. Entretanto, podemos afirmar que o Comitê tem potencial para aumentar consideravelmente seu percentual de atingimento de metas, principalmente a partir de maior comprovação documental no que se refere ao Componente I, e a partir da realização do cadastro de sua composição e do upload de sua documentação nos Portais disponibilizados pela ANA no que tange ao Componente IV. O Componente II pode ser ampliado a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para o próximo ano a ser certificado.

72. Comitê Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo: O Comitê Turvo atingiu uma pontuação final de 71%, sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê atingiu uma pontuação de 16%, sendo que esta variável tem peso de 20%. No Componente II. Capacitação, o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação o Comitê atingiu pontuação máxima de 15% por conta da manutenção de seu site, mesmo o Comitê não tendo Plano de Comunicação implantado, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu uma pontuação de 12,5%, tendo realizado o cadastro de toda sua composição no Sistema CINCO, faltando apenas disponibilização de pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 25%, por conta da disponibilização da documentação de seu Plano de Bacia e por conta do preenchimento das planilhas com o conteúdo do Plano, processo elaborado pela Entidade Estadual.

De um modo geral o Comitê Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo teve uma pontuação final considerada muito boa. Entretanto, podemos afirmar que o Comitê pode ampliar seu percentual de atingimento de metas, principalmente a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para o próximo período a ser certificado, no que tange aos Componente II e III.

77. Comitê Piratinim: O Comitê Piratinim atingiu uma pontuação final de 26%, sendo considerada uma pontuação ruim. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê atingiu uma pontuação de 6%, tendo em vista que não disponibilizou sua documentação no Portal DOC-CBH, inviabilizando a comprovação documental do atingimento das metas. No Componente II. Capacitação, o Comitê atingiu pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação de sua plenária no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a

realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê acabou zerando esta variável, tendo em vista que o Comitê não possui site nem Plano de Comunicação a ser implantado. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu pontuação de 2,5%, sendo que este componente tem peso de 15%. Isto se dá pelo fato de o Comitê não ter realizado cadastro de sua composição no Sistema CINCO disponibilizado pela ANA. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê acabou zerando esta meta tendo em vista que não possui Plano de Bacia.

De um modo geral o Comitê Piratinim teve uma pontuação final considerada ruim. Isto se dá principalmente pelo fato de o Comitê não ter realizado o cadastro de sua composição no Sistema CINCO, além de não ter feito o upload de sua documentação no Sistema DOC-CBH, inviabilizando a comprovação documental do atingimento das metas. Neste sentido, podemos afirmar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas a partir de maior comprovação documental, principalmente no que tange aos Componentes I e IV.

86. Comitê Ibicuí: O Comitê Ibicuí atingiu uma pontuação final de 64,18% sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê atingiu uma pontuação de 10%, sendo que este componente tem peso de 20%. Este percentual baixo se dá principalmente pelo fato de o Comitê não ter disponibilizado sua documentação no Portal DOC-CBH, inviabilizando a comprovação documental do atingimento das metas. No Componente II. Capacitação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, principalmente pelo fato de não ter havido renovação na plenária do Comitê no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, principalmente pela manutenção de seu site, mesmo o Comitê não tendo Plano de Comunicação implantado, o que ficou como meta para o próximo período. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu pontuação de 5%. Esta pontuação baixa se dá principalmente pelo fato de o Comitê não ter realizado o cadastro de sua composição no Sistema CINCO. Cabe destacar ainda que o atingimento de 5% deste componente se deu pelo fato de que a Entidade Estadual se encarregou de fazer o upload da documentação do Decreto de criação do Comitê e de seu Regimento Interno. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê atingiu a pontuação de 16,67%, tendo em vista que a Entidade Estadual se encarregou de disponibilizar a documentação do Plano de Bacia do Comitê no portal disponibilizado pela ANA, assim como preencher as planilhas referentes ao conteúdo do Plano.

De um modo geral o Comitê Ibicuí teve uma pontuação final considerada muito boa. Destaca-se ainda que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento de metas, tendo em vista que não realizou o cadastro de sua composição no Sistema CINCO e não disponibilizou sua documentação no Portal DOC-CBH, inviabilizando a comprovação documental do atingimento das metas.

85. Comitê Quaraí: O Comitê Quaraí atingiu uma pontuação final de 64,54% sendo considerada uma pontuação boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Comitê atingiu uma pontuação de 13%. Este baixo percentual se dá principalmente pelo fato de o Comitê não ter disponibilizado no Portal DOC-CBH seu relatório de atividades referente ao ano de 2018. No Componente II. Capacitação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, tendo em vista que não houve renovação de sua plenária no período certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No

Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, principalmente pela manutenção de sua página em rede social. No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu a pontuação de 7,5%, tendo realizado o cadastro de toda a sua composição no Sistema CINCO, ficando faltando disponibilizar pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão, o Comitê atingiu a pontuação de 11,53%, tendo disponibilizado a documentação de seu Plano de Bacia no Portal DOC-CBH.

De um modo geral o Comitê Quaraí teve uma pontuação final considerada boa. Cabe destacar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento de metas a partir da maior comprovação documental, principalmente no que tange ao Componente I e IV.

69. Comitê Santa Maria: O Comitê Santa Maria atingiu uma pontuação final de 78,50%, sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê atingiu uma pontual total de 18%. No Componente II. Capacitação o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação, o Comitê atingiu a pontuação máxima neste componente, principalmente pela manutenção de seu site, mesmo não tendo Plano de Comunicação implantado, o que ficou definido como meta para o próximo período (2019). No Componente IV. Cadastro, o Comitê atingiu a pontuação máxima, tendo em vista que realizou todo o cadastramento de sua composição e de sua documentação no Sistema CINCO. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão atingiu a pontuação máxima de 25%, principalmente por ter seu Plano de Bacia elaborado e por ter realizado todo o upload da documentação no Portal DOC-CBH, disponibilizando toda a comprovação documental do atingimento das metas, além do preenchimento das planilhas sobre o conteúdo do Plano, processo realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral o Comitê Santa Maria teve uma pontuação final considerada muito boa. Cabe destacar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas a partir das ações previstas no Plano de Trabalho do Procomitês para o próximo período a ser certificado. Principalmente no que tange ao Componente II. Destaca-se ainda que é necessário atenção para o próximo período no que tange ao Componente III, tendo em vista que ficou definido como meta para 2019 elaborar e implantar Plano de Comunicação do Comitê.

70. Comitê Negro: O Comitê Negro atingiu uma pontuação final de 31%, sendo considerada uma pontuação ruim. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê atingiu uma pontuação total de 16%. Este percentual baixo se dá pelo fato de o Comitê não ter disponibilizado no Portal DOC-CBH o seu Relatório Anual de Atividades e por ter convocações realizadas com prazo inferior ao definido no seu regimento interno. No Componente II. Capacitação o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação, o Comitê acabou zerando este componente tendo em vista que não possui Plano de Comunicação, página em redes sociais e nem site próprio. No Componente IV. Cadastro o Comitê atingiu a pontuação de 12,5%, tendo realizado o cadastro de toda a sua composição no Sistema CINCO, faltando disponibilização de pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão o Comitê acabou zerando este componente tendo em vista que não possui Plano de Bacia.

De um modo geral o Comitê Negro teve uma pontuação final considerada ruim. Isto se dá pelo fato principalmente de não possuir Plano de Bacia, não possuir site nem página em redes

sociais, além de não ter disponibilizado toda sua documentação para comprovação do atingimento das metas. Portanto, podemos afirmar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual nos próximos períodos. Além disso, no que tange ao Componente II e III, o Comitê pode ampliar seu percentual de atingimento de metas a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para o próximo período.

76. Comitê Ijuí: O Comitê Ijuí atingiu uma pontuação final de 71,54% sendo considerada uma pontuação muito boa. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê alcançou a pontuação de 17,5%. O Comitê não atingiu a pontuação máxima deste componente por não atendimento do regimento interno no que tange ao prazo para realização das convocações. No Componente II. Capacitação o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15% principalmente pela manutenção de seu site, mesmo não tendo Plano de Comunicação implantado, o que ficou como meta para o próximo período (2019). No Componente IV. Cadastro o Comitê atingiu uma pontuação de 12,5%, tendo realizado o cadastramento de toda sua composição no Sistema CINCO, faltando apenas disponibilizar pouca documentação. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão o Comitê atingiu uma pontuação de 24% tendo em vista que disponibilizou a documentação de seu Plano de Bacia e considerando o processo de preenchimento das planilhas referentes ao conteúdo do Plano, processo realizado pela Entidade Estadual.

De um modo geral o Comitê Ijuí teve uma pontuação final considerada muito boa. Cabe destacar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento de metas no Componente I a partir do atendimento do prazo regimental para a convocação de suas reuniões ordinárias. No que tange ao Componente II o Comitê pode ampliar seu percentual a partir das ações previstas no Plano de Trabalho para o próximo período.

68. Comitê Várzea: O Comitê Várzea atingiu uma pontuação final de 44% sendo considerada uma pontuação mediana. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê alcançou a pontuação de 14%. Este percentual não foi ampliado por conta de o Comitê não ter atendido ao mínimo de reuniões por ano, conforme regimento interno, além de ter tido uma reunião que não obteve quórum. No Componente II. Capacitação o Comitê acabou zerando este componente devido a não realização de capacitação em até 120 dias após renovação da plenária com carga horária mínima de 16h, conforme definido como meta para 2018. No Componente III. Comunicação o Comitê atingiu a pontuação máxima de 15%, principalmente pela manutenção de seu site, mesmo o Comitê não tendo Plano de Comunicação implantado, o que ficou como meta para o próximo período (2019). No Componente IV. Cadastro o Comitê atingiu uma pontuação de 12,5%, sendo que este componente tem peso de 15%. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão o Comitê acabou zerando este componente, tendo em vista que não possui seu Plano de Bacia elaborado.

De um modo geral o Comitê Várzea teve uma pontuação final considerada mediana. Cabe destacar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas, principalmente no que se refere ao Componente I a partir da realização do mínimo de reuniões por ano definido no regimento interno (6 reuniões, 1 a cada 2 meses) e a partir do atingimento do quórum mínimo em todas as suas reuniões, ponto que pode ser auxiliado pela implantação das ações

de comunicação e mobilização social previstas no Plano de Trabalho para o próximo ano de certificação.

78. Comitê Butuí-Icamaquã: O Comitê Butuí-Icamaquã atingiu uma pontuação final de 40%, sendo considerada uma pontuação mediana. No Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental o Comitê alcançou a pontuação de 10%, sendo que este componente tem peso de 20%. Este baixo percentual se dá principalmente pelo Comitê ter se reunido apenas uma vez, ordinariamente, no ano de 2018, conforme informado no Portal DOC-CBH, não atendendo assim o número regimental de reuniões no período de um ano. No Componente II. Capacitação o Comitê teve uma pontuação total de 15%, atingindo o peso máximo deste componente, pelo fato de não ter entrado membros novos no Comitê no período a ser certificado e considerando que a meta para 2018 era a realização de capacitação junto a possíveis membros novos na composição do Comitê. No Componente III. Comunicação, o Comitê acabou zerando este componente, tendo em vista que não possui site oficial e nem Plano de Comunicação implantado. No Componente IV. Cadastro o Comitê alcançou a pontuação de 12,5%, tendo realizado todo o cadastramento de sua composição no Sistema CINCO. No Componente V. Implantação dos Instrumentos de Gestão o Comitê acabou zerando este componente, tendo em vista que não possui seu Plano de Bacia elaborado.

De um modo geral o Comitê Butuí-Icamaquã teve uma pontuação final considerada mediana. Cabe destacar que o Comitê tem potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas a partir da ampliação do atendimento ao disposto no regimento interno do Comitê, principalmente no que tange ao número de reuniões realizadas por ano. Esta variável pode ser ampliada a partir das ações previstas no Plano de Trabalho para o próximo período a ser certificado referente à comunicação e mobilização social. Já no Componente III, cabe destacar que para o próximo período é definido como meta a implantação de Plano de Comunicação, podendo este componente ter impacto positivo a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho referentes à comunicação.

A partir da junção dos percentuais de metas atingidas pelos Comitês de Bacia, o Estado do Rio Grande do Sul acabou atingindo um total de **70%** das metas pactuadas para este primeiro ano de certificação do Procomitês, resultando na possibilidade de um repasse no valor de R\$ 350.000,00 para o Estado. De um modo geral e tomando como base a metodologia utilizada para elaboração deste relatório, podemos afirmar que o Estado teve um percentual bom de atingimento das metas neste primeiro ciclo, com grande capacidade de aumentar o seu percentual para os próximos anos a partir de maior comprovação documental do atingimento das metas por parte dos Comitês de Bacia, assim como a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para os próximos anos, tendo em vista que para este primeiro ciclo a Entidade Estadual não executou nenhuma das ações previstas que eram de sua competência.

No que tange ao Componente I. Funcionamento e Conformidade Documental, o Estado como um todo atingiu uma média de 13,9% de metas atingidas, sendo que este componente tem peso de 20%. Como se trata de um componente onde as metas praticamente todos os Comitês foram classificados como “Condição Inicial”, fica claro que houve um baixo percentual de atingimento por conta da não disponibilização da documentação comprobatória do atingimento das metas. Para ampliação deste componente para os próximos ciclos, os Comitês devem disponibilizar toda sua documentação como Decreto de Criação e Regimento interno, até seu Plano de Trabalho e Relatório de Atividades para o período a ser certificado no Portal DOC-CBH disponibilizado pela ANA. Cabe destacar ainda que este componente também foi prejudicado pelo não cumprimento dos regimentos

internos por parte de alguns Comitês, no que tange ao número mínimo de reuniões por ano e quórum mínimo nas reuniões. Estes dois pontos podem ser melhorados a partir das ações previstas no Plano de Trabalho para comunicação e mobilização social, além de ações de capacitação.

Sobre o Componente II. Capacitação, o Estado como um todo atingiu uma média de 7,8% de atingimento das metas, sendo que este componente tem peso de 15%. Como os Comitês do Estado do Rio Grande do Sul não possuem Plano de Capacitação elaborado e implantado e não estava como meta para nenhum dos Comitês possuir o Plano no ano de 2018, este componente se resumiu à sua variável I.1, que diz que os Comitês devem promover capacitação junto à plenária em até 120 após o processo eleitoral, com carga horária mínima de 16h. Como um total de 12 Comitês tiveram renovação em sua plenária no ano de 2018 e não realizaram a capacitação com a carga horária mínima descrita, estes acabaram zerando este componente. Enquanto que, aqueles que não tiveram renovação da sua plenária em 2018, acabaram atingindo a pontuação máxima de 15%. Para os próximos períodos, a proposta é que nenhum Comitê tenha este componente zerado, com base nas ações de capacitação previstas no Plano de Trabalho para os próximos períodos.

Quanto ao Componente III. Comunicação, o Estado como um todo atingiu a média de 11% de atingimento das metas, sendo que este componente tem peso de 15%. Como os Comitês do Rio Grande do Sul definiram a meta do Plano de Comunicação apenas para o ano de 2019, a certificação 2018 se deu com base nos Comitês que possuem site próprio. Os Comitês que não possuem site (6) acabaram zerando a pontuação neste componente. Já os 19 que possuem site próprio, atingiram o percentual máximo de 15%. Para os próximos períodos, a exigência aumentará, tendo em vista que já para o ano de 2019 está como meta dos Comitês terem Plano de Comunicação elaborado e já em implantação. Porém, devido às ações previstas no Plano de Trabalho para este período, o Estado tem grande potencial para ampliar seu percentual de atingimento das metas neste componente, implantando as ações que beneficiarão todos os 25 Comitês.

Sobre o Componente IV. Cadastro o Estado como um todo atingiu a média de 10,1% de atingimento das metas, sendo que este componente tem peso de 15%. Cabe salientar que este componente não se refere apenas ao cadastramento das pessoas, entidades e composições dos Comitês no Sistema CINCO, mas também a inserção de dados sobre a atuação do Comitê (reuniões, convocações, listas de presença, relatório de atividades, etc...) e sobre os instrumentos de gestão (plano de bacia, cobrança, enquadramento, etc...). Destaca-se que apenas um Comitê atingiu a pontuação máxima neste componente, deixando claro que há potencial para o Estado ampliar seu percentual de atingimento das metas deste componente nos próximos períodos, a partir do cadastramento de toda a documentação comprobatória do atingimento das metas nos sistemas disponibilizados pela ANA (CINCO e DOC-CBH).

Já no Componente V. Implementação dos Instrumentos de Gestão o Estado como um todo atingiu uma média de 15,3% de atingimento das metas, sendo que este componente tem peso de 25%. Destaca-se que este componente tem como base para o atingimento das metas a elaboração do Plano de Bacia, aprovação do Enquadramento, aprovação e implantação da Cobrança. Deste modo, os Comitês que não possuem seus planos de bacia elaborados e não tem proposta de enquadramento acabaram por zerar este componente. Sendo assim, este componente é o de maior dificuldade para ampliação do percentual de atingimento das metas nos próximos períodos. Porém, cabe destacar que há algumas bacias que estão com seus Planos de Bacia em processo de elaboração/contratação, indicando potencial do Estado em aumentar seu percentual para os próximos períodos. Outro ponto que tem peso neste componente é o preenchimento das planilhas de certificação referentes ao conteúdo dos Planos de Bacia. Estas planilhas foram todas preenchidas pela Divisão de

Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (DIPLA) da SEMA, complementando os percentuais atingidos a partir da disponibilização da documentação.

Portanto, considerando a análise realizada acima dos percentuais de atingimento das metas por Comitê e por componente podemos afirmar que, mesmo o Estado tendo um desempenho satisfatório neste primeiro ciclo de certificação, destaca-se o potencial que temos em aumentar estes percentuais. No Componente I é necessário maior envolvimento dos Comitês no processo de certificação, visando à disponibilização da documentação comprobatória do atingimento das metas. Já no que tange ao atendimento aos regimentos internos, principalmente quanto se referimos ao número mínimo de reuniões por ano e o quórum mínimo por reunião, podemos afirmar que estas variáveis serão impactadas pela implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para os próximos anos que se relacionam com a comunicação e mobilização social. Nos Componentes II e III, apesar de as médias terem sido consideradas satisfatórias nestas metas, podemos afirmar que estas variáveis também terão impactos positivos a partir da implantação das ações previstas no Plano de Trabalho para os próximos anos, principalmente as ações que se referem à capacitação, comunicação e mobilização social. No Componente IV destaca-se também a necessidade de maior envolvimento dos Comitês, mesmo considerando que este componente teve uma média considerada muito boa. Porém, todos os Comitês tem potencial para atingir o percentual máximo neste componente, tendo em vista que para isto basta realizar o cadastramento de sua composição e upload de sua documentação nos portais disponibilizados pela ANA. Este componente pode ser ampliado a partir das ações de capacitação previstas no Plano de Trabalho para os próximos anos. No Componente V destaca-se que a média geral do Estado pode ser classificada como satisfatória. Este componente teve um número considerável de Comitês zerando, tendo em vista que tem como base para o atingimento das metas a elaboração do Plano de Bacia, aprovação do Enquadramento, aprovação e implantação da Cobrança. Podemos afirmar que, apesar de este componente ser o mais complexo para atingimento das metas, considerando que não há ações no Plano de Trabalho que impactem o seu desempenho, há um grande potencial para ampliar os percentuais para os próximos períodos, tendo em vista que há Planos de Bacia em processo de elaboração/contratação. Podemos afirmar, portanto, que há um grande potencial do Estado em ampliar consideravelmente o seu percentual médio de atingimento das metas para os próximos períodos, principalmente a partir da efetivação e implantação das ações previstas nos Planos de Trabalho para os próximos anos, o que não aconteceu neste primeiro ciclo.

Comentários do CERH acerca do desenvolvimento do programa no estado (síntese da ata da reunião em que o Conselho certificou, Item 3 da Pauta):

SÍNTESE DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS - RS
Data: 17.07.2019 Horário: 14 horas Local: Auditório SEMA, Av. Borges de Medeiros, nº 261, auditório - Porto Alegre – RS

Início: 14h10min

Presidente: Paulo Roberto Pereira

Participantes: conforme lista de presença

PAUTA	DELIBERAÇÕES
I – Abertura e Comunicações: <ul style="list-style-type: none">• OF.SE./Nº 043/2019 – Revisão das normativas: Resolução CRH 219/2017 Processos Eleitorais e	1. O Presidente informa que a proposta é de encaminhar o

<p>Resolução CRH 230/2017 Categorias dos Comitês de Bacia</p> <ul style="list-style-type: none"> • GT Segurança de Barragens – Resultados 	<p>Ofício à CTIJ. Os membros presentes concordam com o encaminhamento.</p> <p>2. Francisco Marodin, técnico da Divisão de Outorga, faz apresentação sobre os resultados das campanhas de inspeção das barragens e breve relato sobre a continuidade das campanhas. Após breves debates e esclarecimentos, finalizou-se a apresentação e passou-se à ordem do dia.</p>
<p>ORDEM DO DIA</p>	
<p>1. Apreciação da ata da 100ª Reunião Ordinária do CRH</p>	<p>Ata aprovada com 03 abstenções</p>
<p>2. Resolução CRH 336 – Ad Referendum – Aprova Formulário de Autoavaliação, referente às metas estabelecidas para o primeiro período do 2º ciclo de certificação do Progestão no Rio Grande do Sul – 2018</p>	<p>Patrícia Cardoso faz breve apresentação sobre a Resolução, expondo que foi publicada Ad Referendum visando possibilitar o atendimento do prazo estipulado. Após breves debates e esclarecimentos, o Presidente coloca a Resolução em regime de votação. Aprovado por unanimidade.</p>
<p>3. <u>Resolução 339 Aprova Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do Período 2018 – PROCOMITÊS</u></p>	<p>Gabriel Frota faz apresentação sobre o relatório. Cita como foi o processo de certificação, desde o cadastramento das composições dos Comitês de Bacia e upload da documentação nos sistemas disponibilizados pela ANA, até o preenchimento dos formulários de certificação e elaboração do relatório. Apresenta brevemente a avaliação do atingimento das metas, dividido por componente, apresentando a média dos Comitês dentro dos componentes. Coloca que no que tange ao componente I, os Comitês foram classificados como “condição inicial”, porém, a média de atingimento das metas foi de 13,5%, podendo ser considerada uma média ruim se levarmos em conta que as variáveis são todas relativas ao funcionamento e</p>

conformidade documental dos Comitês. Já no componente II, sobre capacitação, Eldo Costa, representante do Comitê Santa Maria, questiona sobre o método de avaliação da ANA, tendo em vista que o Comitê Santa Maria realizou capacitação após o processo eleitoral, disponibilizou a documentação no portal da ANA e no formulário de certificação mas, devido não ter sido com carga horária de 16h, acabou zerando este componente. Questiona, portanto, por que o Comitê não recebeu metade da nota. Cita ainda que os Comitês que tiveram processo eleitoral em 2018 acabaram zerando este componente por não terem feito capacitação com carga horária de 16h, já os que não tiveram processo eleitoral, atingiram a pontuação máxima, gerando questionamentos por parte dos Comitês quanto a metodologia de avaliação. Gabriel Frota cita que há algumas questões que ainda devem ser niveladas junto à ANA e que os Comitês também acabaram sendo prejudicados devido a Entidade Estadual não ter aplicado os recursos previstos no Plano de Trabalho de 2018. Gabriel ainda expõe que para os próximos anos a exigência aumenta para os Componentes II e III. Relata ainda sobre o componente IV e o processo de cadastramento dos Comitês. Sobre o componente VI, Gabriel relata que é outro componente que deve haver nivelamento junto à ANA, tendo em vista que há variáveis sobre preenchimento de questionários e realização de oficinas junto à Entidade, o que não ocorreu em 2018. Verônica Della Mea, representante do Comitê Baixo Jacuí, relata que os Comitês receberam da ANA questionário para avaliação do Programa há cerca de duas semanas. Gabriel Frota coloca que não tinha

	<p>conhecimento deste questionário. Após breves esclarecimentos, o Presidente decide colocar a Resolução em regime de votação. Aprovado por unanimidade.</p>
<p>4. Resolução CRH 335 – Ad Referendum – Prorroga Mandato da Diretoria e Plenária do Comitê Butuí-Icamaquã</p>	<p>Carmem Silva faz breve relato sobre a necessidade de prorrogação do mandato tendo em vista que não houve preenchimento das vagas na primeira chamada do processo eleitoral, sendo necessário a prorrogação do edital para chamamento das entidades por 60 dias. Porém, após prorrogar o edital, percebeu-se que o prazo passaria da data do final do mandato da diretoria e plenária do Comitê, sendo necessário a prorrogação de mandato. Aprovado com 01 abstenção.</p>
<p>5. Resolução CRH 338 – Homologa proposta de alteração da composição do Comitê Tramandaí</p>	<p>Carmem Silva faz breve relato sobre a alteração da composição, citando que foi prorrogado o mandato da diretoria e plenária visando dar tempo hábil para realização do processo eleitoral, porém, o Comitê ainda não havia adequado sua composição à Resolução CRH 230/2017. Aprovado com 01 abstenção.</p>
<p>6. Prorrogação do Mandato da Diretoria do Comitê Mirim São Gonçalo</p>	<p>Carmem Silva faz breve relato sobre a solicitação e apresenta a posição da Divisão de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – DIPLA referente ao prazo para finalização do Plano de Bacia. Após breves esclarecimentos, o Presidente colocou a proposta em regime de votação, prorrogando o mandato por mais um ano a contar da data da eleição. Aprovado com 01 abstenção. Mandato prorrogado até 29/08/2020.</p>
<p>7. Encaminhamento da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do Guaíba – Projeto RS Água</p>	<p>Rafael Midugno, representante da FEPAM, faz apresentação sobre o Projeto e sobre o encaminhamento da CTG. Após questionamentos, o Presidente expõe que a proposta é</p>

	encaminhar à Assessoria Técnica da SEMA para análise técnica e da viabilidade financeira para implantação do projeto. Feito esclarecimentos, o Presidente pede vistas do processo.
8. Alteração do Decreto 37.034 – Encaminhamento CTIJ	Eldo Frantz Costa, representante do Comitê Santa Maria e Presidente da CTIJ faz relato sobre o tratamento da matéria na Câmara Técnica e a necessidade de dar andamento a esta alteração, tendo em vista que há na pauta da CTIJ a revisão dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacia, que dependem da publicação deste decreto. Em seguida, o Presidente coloca a proposta em regime de votação. Aprovado com 01 abstenção.
Assuntos Gerais:	Não houve debates em assuntos gerais.

Encerramento: 16h15min

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCOMITÊS ATÉ DEZEMBRO DE 2018

No mês de setembro de 2018, o CRH/RS aprovou e houve a publicação da Resolução CRH nº 298, publicada no D.O.E. em 27/09/2018, que aprova o plano de trabalho do programa para o ano de 2018. Devido à aprovação tardia do Plano de Trabalho e a consequente necessidade de suplementação orçamentária para implantação da proposta, o Estado do Rio Grande do Sul não teve tempo hábil para execução das ações previstas, tendo ficado com a totalidade do primeiro repasse (do ato da adesão) em caixa. Portanto, não houve aplicação dos recursos e ações previstas no Plano de Trabalho para o ano de 2018.

ANEXOS

Anexo I – Resolução do CERH certificando o resultado consignado no Relatório Anual de Certificação do Procomitês

Anexo II – Síntese de Cumprimento das Metas

Anexo III – Planilha de Relatório Anual de Atividades do Estado

Outros anexos eventualmente necessários.

Anexo I – Resolução CRH/RS certificando resultado do Relatório Anual de Certificação do Procomitês

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre, Quinta-feira, 25 de Julho de 2019

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR
Av. Borges de Medeiros, 261 - Bairro Centro
Porto Alegre / RS / 90020-021

Gabinete

TÂNIA REGINA MELLO, DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
Av. Borges de Medeiros, 261 - Bairro Centro
Porto Alegre / RS / 90020-021

Atos Administrativos

Protocolo: 2019000304914

RESOLUÇÃO CRH/RS Nº 339, de 17 de julho de 2019.

Aprova o Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do período 2018 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, para o Estado do Rio Grande do Sul.

O **CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Estadual nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994,

considerando a Resolução nº 1.190, de 03 de outubro de 2016, da Agência Nacional de Águas – ANA, que aprova o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, e dá outras providências;

considerando que o grande objetivo do PROCOMITÊS é proporcionar condições para a melhoria da capacidade operacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

considerando o Decreto do Poder Executivo Estadual nº 53.398, de 11 de janeiro de 2017, no qual o Estado do Rio Grande do Sul adere ao PROCOMITÊS;

considerando que os Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul se manifestaram em favor da adesão, através do Termo de Manifestação de Interesse e Adesão ao PROCOMITÊS, conforme modelo fornecido pela Agência Nacional de Águas – ANA;

considerando os termos do Contrato ANA nº 056/2017, no qual estão estabelecidas as metas pactuadas entre os Comitês, a Entidade Estadual e este Conselho, bem como as responsabilidades entre as partes;

considerando que, de acordo com o § 2º do art. 10 do Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, a documentação necessária para instrução dos procedimentos de certificação foi preparada pela Entidade Estadual que, com a colaboração dos Comitês, consolidou e enviou a este Conselho o Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do PROCOMITÊS;

considerando o disposto no art. 10, § 3º, que estabelece: "O Conselho Estadual de Recursos Hídricos apreciará o Relatório Anual de Alcance das Metas de que trata o § 2º, devendo se manifestar mediante resolução".

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **Relatório Anual de Alcance das Metas** do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, elaborado pela Entidade Estadual em conjunto com os Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul, como requisito para a certificação do período de 2018, disponível no site da SEMA: www.sema.rs.gov.br

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 17 de julho de 2019.

Paulo Roberto Dias Pereira

Presidente do CRH/RS

Carmem Lúcia Silveira da Silva

Secretária Executiva Adjunta do CRH/RS

Anexo II – Quadro Síntese do Cumprimento das Metas

UF: RS
E.E.: SEMA - Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PROCOMITÊS
Programa Nacional de Fortalecimento
dos Comitês de Bacias Hidrográficas



SÍNTESE DE CUMPRIMENTO DAS METAS ANO 1

QUADRO DE INDICADORES E METAS: Síntese Estadual			ANO 1										/		2018	
ANO: 2018			I. Funcionamento e conformidade documental		II. Capacitação		III. Comunicação		IV. Cadastro		V. Implementação de Instrumentos de Gestão		VI. Acompanhamento		Totais Certificados (%)	Total Estadual (%)
IG	UF	NOME DO CBH	Peso	Total Parcial (%)	Peso	Total Parcial (%)	Peso	Total Parcial (%)	Peso	Total Parcial (%)	Peso	Total Parcial (%)	Peso	Total Parcial (%)		
75	RS	75. RIO GRAVATAÍ	20	11	15	15	15	15	15	5	25	23,075	25	23,075	71,58%	70%
89	RS	89. RIO DOS SINOS	20	18	15	0	15	5	15	10	25	21,8375	25	21,8375	57,34%	
74	RS	74. RIO CAÍ	20	17	15	15	15	0	15	12,5	25	25	25	25	72,00%	
84	RS	84. TAQUARÍ-ANTAS	20	17	15	15	15	15	15	12,5	25	23,4375	25	23,4375	85,44%	
79	RS	79. ALTO JACUÍ	20	13,5	15	0	15	15	15	10	25	25	25	25	66,00%	
73	RS	73. DOS RIOS VACACAÍ E VACACAÍ-MIRIM	20	18	15	15	15	15	15	12,5	25	0	25	0	63,00%	
81	RS	81. BAIXO JACUÍ	20	16	15	15	15	0	15	7,5	25	25	25	25	66,00%	
83	RS	83. LAGO GUAÍBA	20	17	15	0	15	15	15	12,5	25	25	25	25	72,00%	
80	RS	80. PARDO	20	18	15	0	15	15	15	12,5	25	25	25	25	76,00%	
87	RS	87. RIO TRAMANDAÍ	20	6	15	15	15	15	15	5	25	25	25	25	68,50%	
88	RS	88. LITORAL MÉDIO	20	15,5	15	0	15	15	15	12,5	25	0	25	0	45,50%	
82	RS	82. RIO CAMAQUÃ	20	18	15	0	15	15	15	12,5	25	25	25	25	73,00%	
71	RS	71. DA LAGOA MIRIM E DO CANAL SÃO GONÇALO	20	9	15	15	15	15	15	12,5	25	0	25	0	54,00%	
194	RS	194. RIO MAMPITUBA	20	16	15	15	15	15	15	12,5	25	0	25	0	61,00%	
66	RS	66. APUAË-INHANDAVA	20	6	15	15	15	0	15	2,5	25	11,5375	25	11,5375	37,54%	
67	RS	67. RIO PASSO FUNDO	20	17	15	0	15	15	15	7,5	25	17,5	25	17,5	59,50%	
72	RS	72. DOS RIOS TURVO-SANTA ROSA -SANTO CRISTO	20	16	15	0	15	15	15	12,5	25	25	25	25	71,00%	
77	RS	77. RIO PIRATINIM	20	6	15	15	15	0	15	2,5	25	0	25	0	26,00%	
86	RS	86. RIO IBICUÍ	20	10	15	15	15	15	15	5	25	16,675	25	16,675	64,18%	
85	RS	85. RIO QUARAÍ	20	13	15	15	15	15	15	7,5	25	11,5375	25	11,5375	64,54%	
69	RS	69. RIO SANTA MARIA	20	18	15	0	15	15	15	15	25	25	25	25	78,50%	
70	RS	70. RIO NEGRO	20	16	15	0	15	0	15	12,5	25	0	25	0	31,00%	
76	RS	76. RIO IUJÚ	20	17,5	15	0	15	15	15	12,5	25	24,0375	25	24,0375	71,54%	
68	RS	68. RIO DA VÁRZEA	20	14	15	0	15	15	15	12,5	25	0	25	0	44,00%	
78	RS	78. DOS RIOS BUTUÍ E ICAMAQUÃ	20	10	15	15	15	0	15	12,5	25	0	25	0	40,00%	

..... de de 201

Responsável pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Responsável pelo Órgão / Entidade Estadual

Anexo III

Planilha de Relatório Anual de Atividades do Estado

UF: RS

Entidade Estadual: SEMA - Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PROCOMITÊS
Programa Nacional de Fortalecimento
dos Comitês de Bacias Hidrográficas



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES ENTIDADE ESTADUAL - ANO 1

VALOR ACUMULADO DOS RECURSOS DO PROCOMITÊS TRANSFERIDOS PELA ANA:	R\$ 500.000,00
SALDO DOS RECURSOS PROCOMITÊS DO ANO ANTERIOR	R\$ 500.000,00
TOTAL DOS RECURSOS DO PROCOMITÊS UTILIZADO:	R\$ 0,00
SALDO DOS RECURSOS PROCOMITÊS COMPUTANDO AS DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO:	R\$ 500.000,00

AÇÃO PROPOSTA	COORDENADOR	EXECUTOR	VALOR INVESTIDO POR FONTE (R\$)			COMPONENTE(S) A QUE SE VINCULA	COMITÊS BENEFICIADOS	CRONOGRAMA			
			PROCOMITÊS	ESTADO	OUTRAS FONTES			1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
Serviços de Terceiros - Eventos Diversos	CRH/SEMA	Contratado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	I, II, III, IV, V, VI	todos os comitês				
Serviços de Terceiros - Produção Gráfica	CRH/SEMA	Contratado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	I, II, III, IV, V, VI	todos os comitês				
Manutenção - Atividades de Representação	CRH/SEMA	Contratado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	II, IV, V, VI	todos os comitês				
Implementação do Plano de Capacitação	CRH/SEMA	Contratado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	II, III, V, VI	todos os comitês				

Representante Legal
ENTIDADE ESTADUAL

Representante Legal
ENTIDADE ESTADUAL